

## Dia Internacional da Mulher – A PARIDADE

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros de Governo

Não posso deixar de me congratular pelas inúmeras iniciativas ocorridas no passado dia 8, dia Internacional da Mulher. Constituíram-se em diferentes espaços de análise, debate, e reflexão sobre as diversas áreas do saber e respectivas práticas, relativas ao papel da mulher no desenvolvimento humano das sociedades, designadamente da açoriana.

Não tenho dúvidas de que os Açores ficam mais enriquecidos quando entidades e instituições, que intervêm na área da promoção da igualdade de oportunidades, juntamente com individualidades detentoras de conhecimento relacionado com o tema, nas suas diferentes vertentes, reúnem-se para trazer a público novas e velhas ideias sobre a problemática, e efectuar sínteses do que se está a concretizar no País, na Região, na Europa e no Mundo.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Todos reconhecem que se tem feito caminho quanto à visibilidade, consciencialização, e tomada de decisão, sobre uma série de matérias relacionadas com a Mulher, enquanto cidadã, a quem o Estado deve a salvaguarda dos seus direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente inscritas.

Saliento, pela sua especificidade, as questões relacionadas com a violência, nos seus diversos formatos, não só quanto à sua denúncia, mas também, face à criação de redes de intervenção para acudir ao problema, de importância capital para o equilíbrio das pessoas, das famílias e da própria sociedade.

A revisão do código penal, actualmente em curso, ao agravar as penas relativas a esse tipo de crimes é sinal disso mesmo.

Prenúncio, também, destes bons tempos relativos ao despertar da sociedade sobre essas matérias, foi a intervenção da comunicação social, particularmente a escrita, pródiga na divulgação dos eventos, mas, também, na participação activa com artigos de opinião na sua grande maioria inseridos, já, na ideologia da igualdade entre os géneros no que respeita ao exercício pleno das respectivas cidadanias.

Foi vasto o universo das matérias focadas: desde o tráfico de mulheres para fins de exploração sexual e a importância da ratificação, por Portugal, em 2004, do Protocolo de Palermo acerca da problemática do tráfico de seres humanos; da desigualdade de tratamento dado pelo sector do desporto, no que respeita ao reconhecimento público de atletas com níveis de prestação de mérito; a participação das mulheres no mercado de trabalho, a escolaridade, qualificação de homens e mulheres e respectivo impacto nas remunerações, entre outros.

A este respeito os dados do Departamento Estatístico da União Europeia referem uma participação, acima da média europeia, das portuguesas, no mercado de trabalho, mas, segundo a mesma informação, a sua presença está focada em cargos intermédios - as mulheres concentram ainda pouco poder de decisão. Das 46 empresas cotadas, 32, não tinham qualquer mulher na administração.

Ou seja, tem havido um aumento da taxa de participação das mulheres no mundo do emprego. Em Portugal a taxa era de 55% em 1993, passando para 61,9% no ano passado, mas, segundo o Eurostat, ganham em média menos de 15% que os homens(entre 5 a 25%).

É ainda de salientar, de acordo com inquérito Família e Papéis de Género, elaborado por Kalin Wall (do Instituto Ciências Sociais em Lisboa, e Lígia Amâncio (do Instituto Superior de Ciência, Trabalho e Emprego) apresentado o ano passado, as mulheres trabalham 4 vezes mais, em casa, que os homens - estes, por semana, despendem 7 horas nas lides domésticas, enquanto elas gastam 26 horas; são a maioria nas universidades, 56,6%, no ano lectivo de 2003/2004, representaram 64% dos bacharelatos e licenciaturas, mas no que diz respeito a doutoramentos, em 2004, num universo de 12894, caem abruptamente para 3,8% ; e, ainda, contribuem por igual para o orçamento familiar.

Do ponto de vista de Yves Turquin, num artigo, no Semanário Económico, de 3 de Março, é necessária legislação específica que promova a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, que possa garantir uma retenção de colaboradoras com potencial, e que deveriam ser as empresas, as primeiras, a implementar políticas que ajudem a prossecução destes objectivos. “Auxiliar as mulheres que pensam estar a sacrificar a sua vida familiar, é uma óptima opção para as empresas que não querem

perder estas profissionais”. Lança a questão da necessidade urgente de adaptar o mercado de trabalho às suas necessidades, como já acontece em algumas organizações portuguesas e em Espanha, com a abertura de creches dentro da própria Empresa ou elaboração de acordos com creches próximas do local de trabalho, para permitir o alargamento do horário de trabalho dessas profissionais,

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Não restam quaisquer dúvidas de que a questão da igualdade entre os papéis de género também vai de encontro à resolução de alguns problemas europeus como os advindos do envelhecimento da população, a baixa natalidade, e a necessidade de aumentar o número de activos.

A agenda de Lisboa fixou a meta de 60%, que nós já atingimos, mas para haver mais mulheres no activo é necessário facilitar a conciliação entre vida familiar e o trabalho, por um lado, promovendo a partilha das responsabilidades domésticas, e por outro, promovendo apoios exteriores à família, para suprir as horas que as crianças estão fora da escola, e fomentar a participação do homem nas tarefas domésticas, segundo Anália Torres,

Investigadora, no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e das Empresas, de Lisboa.

Nesse sentido, e a propósito do Dia Internacional da Mulher, a Comissão Europeia, para além de disponibilizar alguns dados estatísticos do Relatório sobre a Igualdade entre Homens e Mulheres 2006, que será apresentado no Conselho de Primavera de 23 e 24 de Março, em Bruxelas, anunciou a criação do Instituto do Género, que, a partir de 2007, terá por missão encontrar soluções para essas questões, pois importa captar o potencial das mulheres que representam metade dos licenciados na maioria dos países.

No que diz respeito à participação política das mulheres e a respectiva responsabilidade dos partidos políticos nessa matéria, no passado dia 8, a agenda política foi marcada pela apresentação na Assembleia da República do projecto de lei n.º 225/x – Lei da Paridade, do Partido Socialista, visando normas tendentes a promover a Paridade. Para todas as eleições plurinominais, o mesmo é dizer, para a Assembleia da República, Parlamento Europeu, e autarquias locais, as listas não poderão conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista.

Este facto, segundo a análise de Manuel Agostinho Magalhães, no Expresso do passado dia 11, levará a que mais de 1/5 dos actuais autarcas poderão ter que se reformar, para

que as mulheres ocupem os 33,3% dos lugares na listas, o que levará forçosamente a renovação da classe política.

A este respeito, Senhoras e Senhores Deputados, não posso deixar de referir – porque prezo a contenda -, os velhos, mas sempre presentes, argumentos dos a favor e dos contra (consubstanciados na opinião escrita de dois homens, também no semanário Expresso desta semana) em que um deles, na sua abnegada indulgência, não gostaria de ver as mulheres sofrerem um qualquer vexame por virem a ser escolhidas apesar das suas incompetências – numa visão estrábica, de verdadeira negação, do vasto universo de mulheres portuguesas licenciadas e qualificadas, por acaso, e actualmente, em maior número que os homens (basta ver as estatísticas a esse respeito). Outros, porque entendem que não é o mérito que sobreleva nas escolhas, mas antes o contexto do território do poder, e sendo esse um sistema fechado, e controlado por quem o detém - os homens -, só pode ser cindido por via de normas de obrigatoriedade de inclusão.

Não é por acaso que só nos países onde vigoram sistemas de quotas há equilíbrio entre os dois géneros nos seus parlamentos. E como referia Daniel Oliveira, um dos articulistas acima mencionados, “[...] E alguém se queixa de mediocridade parlamentar na Suécia, Noruega, ou Finlândia? Para as mulheres chegarem ao poder é preciso que os que já estão, ou os que pretendem lá chegar, sejam obrigados a largar os seus lugares. É preciso que alguém fique com os filhos quando há uma reunião do partido. Que alguém os vá buscar à escola e prepare o jantar, quando o trabalho entra pela noite dentro”.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membro do Governo,

Nesta intervenção alusiva ao Dia Internacional da Mulher e à Paridade nas sociedades democráticas, não poderia deixar de fazer menção aos sinais de mudança, no que respeita à participação política das mulheres, no Mundo de hoje.

Refiro-me a recém empossada (passado dia 11 de Março) Presidente do Chile, Michele Bachelet, a primeira mulher a exercer o cargo nesse país, após 46 homens em quase 200 anos de vida republicana, e o que isso representa numa sociedade conservadora, como a chilena, e, ainda, por ser a primeira chefe de Estado em toda a América Latina.

Este facto, inédito, só por si é de se assinalar, mas interessa também realçar o que a sua eleição representa e tem de simbolismo, para os resistentes a uma das ditaduras mais violentas (1973 – 1990) que assolou um país da América do Sul, desde o derrube, pelos militares, de um presidente democraticamente eleito, Salvador Allende – constituindo-

se, como a própria afirmou, “depositária de uma história que teve épocas cinzentas e amargas.”

Filha de um general da força área chilena, fiel a Salvador Allende, e de uma antropóloga, Michele Bachelet inicia a sua actividade política como militante do PS em 1970. Jovem de 17 anos, e já após a morte do seu pai, quando estava detido, motivado pela tortura, foi presa e torturada juntamente com a sua mãe, nas prisões clandestinas do regime. Depois de solta esteve exilada. Em 1979, regressa ao Chile e termina o seu curso de medicina. Impedida de exercer prossegue os estudos como bolseira e faz as especialidades de Pediatria e Saúde Pública.

Após a abertura democrática, em 1990, frequenta o curso da Academia Nacional de Estudos Políticos e Estratégicos, onde obtém o primeiro lugar. Esse facto, vale-lhe uma bolsa para o Colégio Interamericano dos Estados Unidos, e mais tarde, acaba por fazer um mestrado na Academia de Guerra chilena. Foi ministra da Saúde e dois anos depois ministra da Defesa.

Além do facto inédito de se tratar de uma mulher no contexto sócio-político da América do Sul, e como a próprio referiu numa entrevista, detentora dos três pecados políticos capitais para a sociedade chilena: ser mulher (mãe de três filhos), divorciada e agnóstica, é salientada a forma como interpreta a função que desempenhará que é a preocupação de manter viva a “chama da cidadania”. Quanto à falta de marido, responde nomeando a mãe para o cargo de “primeira-dama”, atribuindo-lhe as funções usualmente destinadas às esposas dos Presidentes.

E se dúvidas houvesse, quanto ao cunho pessoal, segundo as notícias, uma semana depois de ter sido eleita, e ter dito que o faria, anunciou a constituição do governo, 10 homens e 10 mulheres de competência técnica aparentemente inquestionável, na sua maioria jovens e pouco envolvidos na alta política, embora respeitando os equilíbrios da sua coligação.

Não há dúvidas, dizem os cronistas, que a tomada de posse de Michele Bachelet , numa cerimónia curta, 20 minutos, e sóbria, sem os discursos rígidos do protocolo chileno, diante de trinta chefes de Estado das América, Europa e África, e delegações de 120 países(onde o nosso país esteve representado pelo Presidente da Assembleia da República), foi a cerimónia que mais despertou o interesse internacional, depois da posse de Allende , em 1970.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros a do Governo



Gostaria de terminar transpondo para o contexto desta intervenção, o sentido das palavras do presidente cessante, Ricardo Lagos, horas antes de deixar o Palácio de La Moneda. Para nós, o Partido Socialista, cada passo dado em direcção à Paridade entre homens e mulheres no que respeita à participação na vida pública e na esfera privada é uma festa da democracia, é o que faz de nós uma Região e um país sérios e confiáveis, aos olhos de nós próprios e dos outros, e nos leva a acreditar na nossa capacidade de continuar a trabalhar no sentido da mudança, o mesmo é dizer, em prol do nosso desenvolvimento social e económico, mas sobretudo do desenvolvimento humano dos açorianos e dos Açores.

Disse!

Sala das Sessões, 15 de Março de 2006.  
A Deputada Regional: Fernanda Mendes